

Relatório de Execução Orçamental

AdTA - Águas do Tejo Atlântico

4.º trimestre 2020
Contas finais

Índice do relatório

1. Demonstração de Resultados
2. Indicadores Económico-Financeiros
3. Indicadores Comerciais
4. Investimentos
5. Eficiência Operacional
6. Efeitos e Medidas na Crise Pandémica Covid-19

ANEXO

Fichas individuais de acompanhamento do investimento

I. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

4.º Trimestre 2020

Demonstração de Resultados		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2020	Per.homól.	Orçam.
Rédito de construção em ativos concessionados	mEur	20 870	20 868	20 864	20 858	83 460	83 215	83 855 ▼
Rédito de construção em ativos concessionados	mEur	3 175	3 327	3 483	7 104	17 088	14 664	36 357 ▼
Défice/superavit tarifário de recuperação de gastos	mEur	-4 156	-3 234	-2 138	-1 319	-10 847	-13 083	-6 121 ▼
Gastos de construção em ativos concessionados	mEur	-3 175	-3 327	-3 483	-7 104	-17 088	-14 664	-36 357 ▲
Custo das vendas/variação inventários	mEur	- 636	- 688	-1 145	- 827	-3 296	-3 132	-3 145 ▼
Margem Bruta	mEur	16 078	16 947	17 581	18 711	69 316	67 000	74 589 ▼
Fornecimentos e serviços externos	mEur	-6 557	-7 804	-8 069	-7 706	-30 136	-27 502	-28 908 ▼
Gastos com pessoal	mEur	-2 773	-3 029	-2 813	-2 657	-11 273	-10 842	-11 440 ▲
Amortizações	mEur	-5 161	-4 750	-4 960	-5 015	-19 887	-20 345	-23 500 ▲
Provisões e perdas imparidade (inclui reversões)	mEur	0	0	0	- 860	- 860	7	0 ▼
Outros Gastos e Perdas Operacionais	mEur	- 194	- 169	- 183	- 139	- 685	- 780	- 696 ▲
Subsídios ao Investimento	mEur	1 187	1 188	1 188	1 187	4 749	4 745	4 733 ▲
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	mEur	64	20	169	- 156	97	499	82 ▲
Resultados Operacionais	mEur	2 645	2 402	2 912	3 364	11 322	12 782	14 859 ▼
Gastos Financeiros	mEur	-1 644	-1 632	-1 613	-1 586	-6 475	-7 899	-7 511 ▲
Rendimentos Financeiros	mEur	169	212	57	- 4	435	907	623 ▼
Resultados Financeiros	mEur	-1 476	-1 420	-1 556	-1 589	-6 040	-6 992	-6 888 ▲
Resultados Antes de imposto	mEur	1 169	982	1 356	1 775	5 282	5 790	7 970 ▼
Imposto sobre o Rendimento	mEur	- 190	- 73	- 395	- 889	-1 547	-1 512	-2 659 ▲
Resultado Líquido do Exercício	mEur	979	909	961	886	3 735	4 278	5 311 ▼

INTRODUÇÃO

Os valores de orçamento apresentados correspondem à estimativa para o período em análise - 4º trimestre de 2020, constantes da reformulação do Plano de Atividades e Orçamento para o triénio 2020-2022 (PAO2020), aprovado pelo Conselho de Administração em 26/03/2020, submetido a aprovação da Tutela em maio de 2020, com pareceres do Órgão de Fiscalização, formado pelo Revisor Oficial de Contas e Conselho Fiscal, datados de 18 de maio de 2020 e 19 de maio de 2020, respetivamente e, aprovado pela Assembleia Geral em 23/06/2020.

RESULTADO LÍQUIDO (RL)

3,7 M€

O resultado líquido ascende a 3,7 M€, correspondendo à remuneração garantida do capital investido, apurada com base na variação média da taxa OT no período, acrescida do prémio de risco.

Comparativamente ao previsto no PAO2020 apura-se um RL inferior devido ao facto da taxa das obrigações do tesouro a 10 anos em 2020 (mais o respetivo spread) (3,41%), ser menor do que a prevista em orçamento, (4,63%).

Apresenta-se no quadro seguinte o detalhe comparativo do apuramento da remuneração acionista no período e no orçamento.

Indicadores de Resultados		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2020	Per.homól.	Orçam.
EBIT - Earnings Before Interest and Taxes (ajustado) ⁽¹⁾	mEur	6 801	5 636	5 050	4 684	22 170	25 865	20 980
EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes and Depreciation (ajustado) ⁽¹⁾	mEur	10 774	9 199	8 823	9 372	38 167	41 458	39 747
Margem EBITDA (ajustado) ⁽¹⁾	%	51,6%	44,1%	42,3%	44,9%	46,0%	49,8%	47,40%
Gastos Operacionais/EBITDA (ajustado) ⁽¹⁾	%	142,2%	178,7%	194,6%	174,4%	169,9%	151,0%	170,3%

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

I. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

4.º Trimestre 2020

RESULTADO LÍQUIDO (continuação)

Remuneração acionista 4T2020		Real	PAO
Capital Social	mEur	113 528	113 528
Reserva Legal até aprovação aplicação resultados 2019	mEur	619	619
Reserva Legal após aprovação aplicação resultados 2019	mEur	833	914
Capital a remunerar	mEur	114 361	114 442
Taxa de remuneração do capital acionista (OT +Prémio risco)	%	3,41%	4,63%
Acerto ao desvio de recuperação de gastos de 2019	mEur	163	-
Remuneração	mEur	3 735	5 311

EFICIÊNCIA PRODUTIVA

De acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão, a Tejo Atlântico deve submeter anualmente à aprovação do Regulador, o Desvio de Recuperação de Gastos (DRG), gerado pelas operações, cujos gastos devem corresponder ao cenário de eficiência produtiva.

A eficiência é previamente estabelecida pela ERSAR, mediante a definição de métricas associadas a diversas naturezas de gastos.

A eficiência produtiva de 2019 foi corrigida pelo Regulador em cerca de 0,2 M€ nos gastos com o custo das vendas.

A diferença entre o resultado líquido gerado pelas operações e o valor a que a Tejo Atlântico tem direito em termos contratuais, corresponde ao DRG, acrescido do reconhecimento dos impostos diferidos respetivos. Em 2020 atingiu-se o RL sem o efeito do desvio de recuperação de gastos de 11,8 M€ e um DRG superavitário de 10,8 M€.

Comparativamente ao orçamento a variação do DRG tem subjacente a redução dos gastos operacionais (amortizações), incorridos face ao previsto e a variação em baixa da taxa de remuneração acionista.

VOLUME DE NEGÓCIOS

83,4 M€

A prestação de serviços registada iguala praticamente o valor orçamentado. A determinação dos rendimentos tarifários da concessão contribui para o alinhamento de valores, sendo o desvio essencialmente resultante da atividade faturada com base em medição de caudal, tal como o transporte e o serviço de tratamento prestado a utilizadores privados.

IFRIC 12 - Rêdito/ Gastos dos serviços de construção

A Tejo Atlântico aplica o disposto no IFRIC 12, no que concerne ao rêdito e gastos da construção. O rêdito reconhecido concorre para a formação dos Rendimentos Operacionais enquanto os gastos, no mesmo valor, por não haver margem na construção uma vez que a atividade é subcontratada a entidades especializadas externas para as quais é transferido o risco e o retorno, concorre para Gastos Operacionais, não havendo por isso impacto no resultado do exercício.

O valor é determinado pelo montante de investimento em ativo intangível realizado no período. Como o investimento regista uma contração significativa face ao previsto, o valor do rêdito/gastos dos serviços de construção apresenta a mesma tendência, o que justifica a variação negativa de 53% para o orçamentado.

EBITDA

EBITDA 4T2020		Real	PAO
Resultado Operacional (EBIT)	mEur	11 322	14 859
Depreciações	mEur	-19 887	-23 500
EBITDA	mEur	31 209	38 358
Desvio de recuperação de gastos	mEur	-10 847	-6 121
Subsídios ao investimento	mEur	4 749	4 733
Provisões	mEur	-860	0
EBITDA Ajustado	mEur	38 167	39 747

O EBITDA ajustado a dezembro ascendeu a 38,2 M€ apresentando-se 4% abaixo do orçamentado. A variação está maioritariamente suportada pela redução do resultado operacional e pela melhoria do DRG.

Os gastos operacionais sem o efeito dos serviços da construção (IFRIC12), ascendem a 66,6 M€, evidenciando uma redução de cerca de 2% face ao valor orçamentado. Na base desta variação está o efeito da redução dos gastos com depreciações e amortizações devido à redução do valor do investimento contratual., atenuada pelo aumento dos FSE, gastos com pessoal e provisões.

Os FSE apresentam um incremento de 4,2% para o orçamento, mas que incluem 2,5% de efeito dos gastos não usuais com a pandemia. A restante variação tem subjacente o incremento significativo em conservação e reparação de edifícios e equipamento básico e, em trabalho temporário. Na conservação e reparação registou-se um esforço de recuperação do défice de anos anteriores de modo a reduzir significativamente os riscos de falha dos diferentes órgãos e equipamentos e baixar o número e frequência das ações de manutenção corretiva. No trabalho temporário o incremento para além das necessidades provocadas pela pandemia tem por base a impossibilidade de concretizar as admissões propostas devido à pendência de aprovação do orçamento.

Os gastos com pessoal ascendem a 11,3 M€, apresentando-se 1% abaixo do orçamentado. Contudo, neste montante estão incluídos gastos extraordinários incorridos com trabalho suplementar e em equipamentos de proteção e segurança, entre outros, devido à pandemia. Sem este efeito, o desvio é favorável atingindo uma margem de 3% para o orçamentado.

No período foram capitalizados serviços internos das áreas técnicas associadas à realização de investimentos no total de 1,0 M€, representando menos 17% dos gastos previstos capitalizar em orçamento (1,2 M€).

Para alinhamento com a política contabilística do Grupo a empresa passou a reconhecer os rendimentos dos subsídios à exploração como menos gasto. Estes subsídios, reembolsam as despesas efetuadas, segundo as comparticipações contratualizadas, no âmbito de gastos elegíveis suportados com "Fornecimentos e Serviços Externos" e "Gastos com Pessoal". Deste modo, do rendimento de 515 mil euros reconhecido em 2020, 323 mil euros foram deduzidos aos gastos com o pessoal e 192 mil euros aos gastos com fornecimentos e serviços externos.

As provisões constituídas respeitam a processo judicial em curso e a divergência decorrente de constituição de servidão.

Os resultados operacionais têm uma variação negativa de 3,5 M€ (24%), por via do efeito da variação do DRG e da redução de gastos, nomeadamente com as amortizações.

RESULTADO FINANCEIRO

(6,0) M€

O resultado financeiro é negativo em 6,0 M€. Para a sua formação contribuíram 0,4 M€ de ganhos e 6,4 M€ de gastos, na sua maioria decorrentes de juros dos empréstimos BEI.

2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

4.º Trimestre 2020

Demonstração da Posição Financeira		Valor Trimestre						Acumulado	
		1º T	2º T	3º T	4º T	2020	Per.homól.	Orçam.	
Ativos não correntes	mEur	511 116	506 893	503 940	498 593	498 593	516 310	528 730 ▼	
Ativo intangível	mEur	446 429	445 793	445 312	441 616	441 616	447 216	460 696 ▼	
Ativo fixo tangível	mEur	181	207	190	176	176	205	179 ▼	
Ativo sob direito de uso	mEur	995	898	801	989	989	1 091	423 ▲	
Desvios de recuperação gastos	mEur	9 639	6 405	4 266	2 947	2 947	13 794	11 824 ▼	
Fundo reconstituição capital	mEur	8	10	11	13	13	7	4 ▲	
Impostos diferidos ativos	mEur	53 287	53 212	53 205	52 773	52 773	53 226	55 603 ▼	
Clientes e outros ativos não correntes	mEur	578	369	154	79	79	771	0 ▲	
Ativos correntes	mEur	116 376	115 109	113 634	111 866	111 866	112 746	83 401 ▲	
Clientes	mEur	16 012	14 953	17 491	11 814	11 814	12 444	17 041 ▼	
Disponibilidades	mEur	77 076	64 996	92 686	96 163	96 163	81 614	18 056 ▲	
Outros ativos correntes	mEur	23 288	35 161	3 457	3 889	3 889	18 688	48 304 ▼	
Total do Ativo	mEur	627 492	622 002	617 574	610 460	610 460	629 057	612 130 ▼	
Capital Social	mEur	113 528	113 528	113 528	113 528	113 528	113 528	=	
Ações próprias	mEur	- 2 521	- 2 521	- 2 521	- 2 521	- 2 521	- 2 521	- 2 521 =	
Reservas e outros ajustamentos	mEur	833	833	833	833	833	619	914 ▼	
Resultados transitados	mEur	0	0	0	0	0	0	=	
Resultado líquido	mEur	979	1 888	2 849	3 735	3 735	4 278	5 311 ▼	
Total do Capital Próprio	mEur	112 819	113 728	114 689	115 575	115 575	115 903	117 232 ▼	
Passivos não Correntes	mEur	483 759	478 239	475 705	463 605	463 605	486 491	467 028 ▼	
Provisões	mEur	0	0	0	860	860	0	0 ▲	
Financiamentos obtidos	mEur	210 642	206 756	205 332	200 542	200 542	212 066	199 560 ▲	
Passivos por locação	mEur	710	710	710	426	426	710	0 ▲	
Subsídios ao investimento	mEur	129 284	128 096	126 900	125 714	125 714	130 369	125 535 ▲	
Acrés. Custos Investim. Contratual	mEur	123 069	123 719	124 578	118 679	118 679	122 002	120 759 ▼	
Outros passivos não correntes	mEur	20 055	18 958	18 186	17 384	17 384	21 344	21 174 ▼	
Passivos Correntes	mEur	30 914	30 035	27 180	31 280	31 280	26 662	27 871 ▲	
Financiamentos obtidos	mEur	10 119	10 674	10 676	11 621	11 621	10 117	12 457 ▼	
Passivos por locação	mEur	297	198	99	479	479	396	435 ▲	
Outros passivos correntes	mEur	20 498	19 163	16 405	19 179	19 179	16 149	14 978 ▲	
Total do Passivo	mEur	514 673	508 274	502 886	494 885	494 885	513 153	494 899 ▼	
Total do Passivo e do Capital Próprio	mEur	627 492	622 002	617 574	610 460	610 460	629 057	612 130 ▼	

Indicadores da Posição Financeira		Valor Trimestre						Acumulado	
		1º T	2º T	3º T	4º T	2020	Per.homól.	Orçam.	
Capital Empregue ⁽¹⁾	mEur	404 369	404 255	406 023	397 746	397 746	405 005	391 297	
Autonomia Financeira	%	18%	18%	19%	19%	19%	18%	19%	
Liquidez Geral	n.º	3,8	3,8	4,2	3,6	3,6	4,2	3,0	
Solvabilidade	n.º	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	
Fundo de Maneio	mEur	85 462	85 074	86 454	80 586	80 586	86 084	55 530	
ROCE - Rentabilidade do Capital Empregue ⁽¹⁾	%	1,7%	1,4%	1,2%	1,2%	5,5%	6,4%	5,4%	
ROE - Rentabilidade do Capital Próprio	%	0,9%	0,8%	0,8%	0,8%	3,3%	3,7%	4,5%	
ROA - Rentabilidade dos Ativos	%	0,2%	0,1%	0,2%	0,1%	0,6%	0,7%	0,9%	

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

POSIÇÃO FINANCEIRA

O Ativo total atingiu os 610,5 M€, representando o ativo intangível bruto um total de 894,7 M€.

O ativo intangível previsto realizar a dezembro era de 917,0 M€. A variação em baixa de 22,3 M€ decorre da contração do investimento do ano no valor de 20,5 M€, acrescido da diferença de 1,8 M€ entre a estimativa de fecho do exercício orçamental e o valor efetivo alcançado no encerramento de 2019.

O ativo sob direito passou a reconhecer os contratos de licenças de software com duração de 3 anos. Paralelamente, no decurso da integração patrimonial do equipamento de transporte foi acertado o valor reconhecido em 2019. Contudo, esta redução é esbatida no balanço pelo correspondente acerto no reconhecimento da dívida. Os valores brutos que compõe a rubrica são os seguintes:

ADU	Val. dez/19	Var. (+/-)	Val. dez/20
Equip. transporte	1 479	-147	1 331
Intangíveis Licenças	0	338	338
	1 479	191	1 669

O desvio de recuperação de gastos acumulado é de 2,9 M€, traduzindo na sua evolução uma redução de 75% para o orçamentado. A aceleração da recuperação do desvio face ao previsto resulta da evolução favorável do superavit no período, coadjuvado pela variação positiva ocorrida entre a estimativa de fecho de 2019 (17,9 M€), e o fecho de 2019 (13,8 M€).

A decomposição da dívida de Clientes é a seguinte:

Não Corrente	(10 ³ €)
Acordos de pagamento	79
Corrente	
Clientes municipais	11 029
Clientes privados	44
Acordos de pagamento	741
Dívida no ativo	11 814
Saldos credores trf. p/ passivo	- 983
Dívida total	10 909

As Disponibilidades apresentam uma variação positiva substancial para o orçamentado, resultante da extinção da utilização da linha de crédito pela Holding e da contração do investimento previsto.

2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

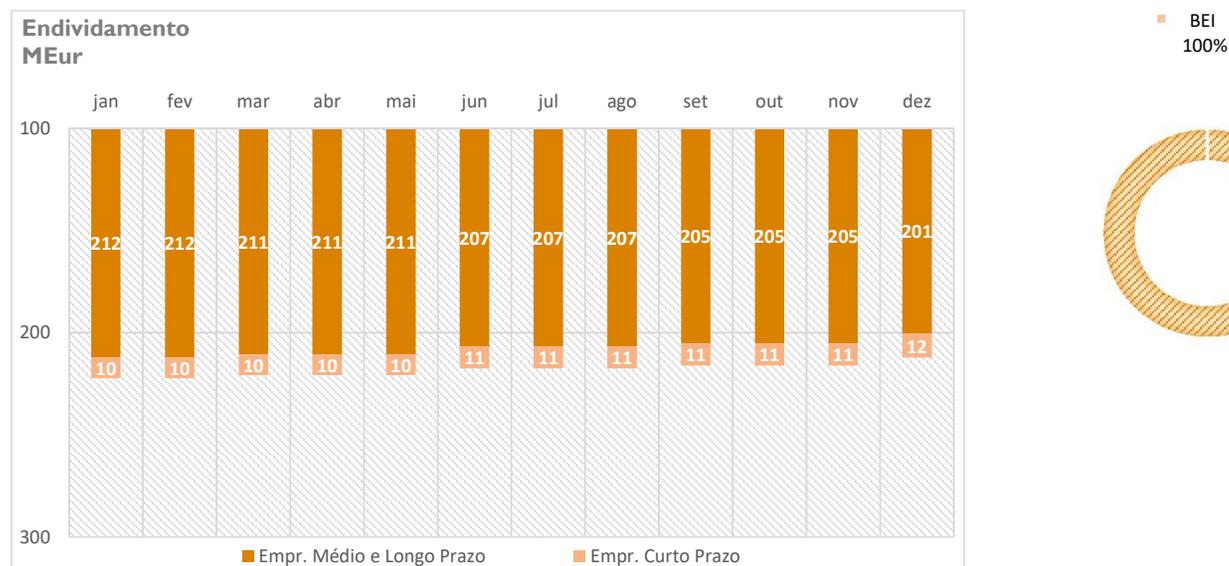
4.º Trimestre 2020

Financiamento		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2020	Per.homól.	Orçam.
Empréstimos	mEur	220 761	217 430	216 008	212 164	212 164	222 184	212 018
Médio e Longo Prazo	mEur	210 642	206 756	205 332	200 542	200 542	212 066	199 560
BEI	mEur	211 851	207 941	206 493	201 679	201 679	213 300	200 842
Ajust. para o custo amortizado	mEur	-1 209	-1 185	-1 161	-1 136	-1 136	-1 233	-1 282
Curto Prazo	mEur	10 119	10 674	10 676	11 621	11 621	10 117	12 457
BEI	mEur	10 119	10 674	10 676	11 621	11 621	10 117	12 457

Indicadores de Financiamento		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2020	Per.homól.	Orçam.
Dívida Financeira	mEur	220 761	217 430	216 008	212 164	212 164	222 184	212 018
Debt to equity	%	196%	191%	188%	184%	184%	192%	181%
Net Debt - Endividamento líquido⁽¹⁾	mEur	123 677	120 425	123 310	115 987	115 987	126 563	147 958
Net Debt to EBITDA⁽¹⁾	n.º	2,9	3,0	3,2	3,0	3,0	3,1	3,7
PMR - Prazo Médio de Recebimentos	dias	49	49	51	51	51	51	60
PMP - Prazo Médio de Pagamentos⁽²⁾	dias	44	44	42	40	40	48	38

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

² Valores recalculados



Os outros ativos correntes no total de 3,59 M€ são compostos por Devedores Diversos e Devedores por Acréscimos de Rendimentos (juros). Comparativamente ao orçamentado a variação negativa deve-se essencialmente à extinção do empréstimo à holding, uma vez que estavam orçamentados 46 M€.

No capital próprio está reconhecida a aplicação de resultados de 2019, deliberada em Assembleia Geral de março de 2020, que aprovou o aumento da Reserva Legal em 0,2 M€ e a distribuição de Dividendos no valor de 4,1 M€.

O montante reconhecido em acréscimos de custos tem uma variação negativa de 2,7%, originada pela redução do investimento contratual, efetuada para acerto com o período da concessão e, pela menor concretização de investimento no período.

Os outros passivos não correntes no valor de 17,4 M€ são maioritariamente formados por impostos diferidos passivos, cuja redução face ao previsto decorre essencialmente da evolução favorável do desvio de recuperação de gastos.

Os outros passivos correntes no total de 19,2 M€ são constituídos por dívidas a fornecedores e outros credores e por dívidas ao Estado que no geral estão alinhadas com o previsto em orçamento.

DÍVIDA FINANCEIRA 212,2 M€

O Endividamento é integralmente suportado por financiamento do BEI. No período foram amortizados 10,1 M€ de dívida.

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO 116,0 M€

A formação do Endividamento Líquido engloba o valor dos empréstimos e o conjunto de disponibilidades existentes. A evolução favorável para o orçamentado decorre da existência de maiores disponibilidades, em parte devido à menor execução do investimento.

3. INDICADORES COMERCIAIS

4.º Trimestre 2020

Atividade Comercial		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2020	Per.homól.	Orçam.
Volume de atividade (faturado)	Mm³	45,4	45,4	45,5	45,4	181,8	182,2	182,0
Volume de atividade - saneamento	Mm ³	45,4	45,4	45,5	45,4	181,8	182,2	182,0
Volume de Negócios⁽¹⁾	mEur	20 870	20 868	20 864	20 858	83 460	83 215	83 855
Volume negócios - saneamento	mEur	20 870	20 868	20 864	20 858	83 460	83 215	83 855
Dívidas de Utilizadores								
Dívida total ⁽²⁾	mEur	15 607	14 338	16 710	10 909	10 909	12 249	17 041
Dívida vencida total	mEur	607	1 371	1 439	604	604	1 056	0
Acordos de pagamento ⁽³⁾	mEur	1 233	1 082	928	820	820	1 384	0
Injunções	mEur	0	0	0	0	0	0	0

¹ Não inclui o efeito do Desvio de recuperação de gastos nem os Rendimentos de Construção.

² Corresponde à dívida líquida.

³ Inclui acordos da ex-AdO que no processo de cisão da AdLVT permaneceram sob sua gestão, devido ao facto de abrangerem as atividades de abastecimento e de saneamento.

Faturação		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2020	Per.homól.	Orçam.
Total de efluentes faturados Municípios	mm³	45 312	45 318	45 281	45 355	181 265	181 655	181 363
Sistema da Grande Lisboa	mm ³	39 829	39 829	39 829	39 829	159 317	159 816	159 419
Sistema do Oeste	mm ³	5 483	5 489	5 452	5 525	21 949	21 838	21 944
Total de efluentes faturados Outros	mm³	138	96	176	92	501	567	601
TOTAL	mm³	45 450	45 414	45 457	45 447	181 767	182 222	181 964

ATIVIDADE

181,8 Mm³

O caudal de água residual faturado foi de 181,8 Mm³. Este caudal é formado pelo caudal resultante dos rendimentos tarifários aplicados aos clientes municipais, que têm uma tarifa implícita, acrescido do caudal medido e faturado aos restantes clientes do sistema.

O sistema da Tejo Atlântico abrange, quase na totalidade, 23 Municípios, situados na Grande Lisboa e Oeste. Os volumes mais significativos situam-se na Grande Lisboa, que representa 88% do total de atividade, com destaque para Lisboa, Sintra, Cascais, Oeiras, Amadora, Loures e Odivelas.

Dívidas de Utilizadores*	mEur	2020						
		Div. Total	Div. Vencida	Div. Corrente	Div. Acordos	Div. Injunções	Div. Juros	Div. Outros
Dívida Total	mEur	10 866	594	9 071	820	,	381	0

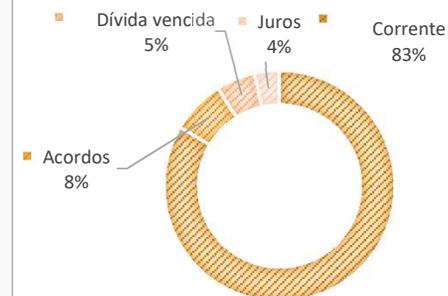
* Dívida respeitante a Municípios

DÍVIDA DE CLIENTES MUNICIPAIS

10,9 M€

A dívida total dos utilizadores municipais ascende a 10,9 M€, dos quais 0,6 M€ é dívida vencida, evidenciando-se uma melhoria face ao trimestre passado bem como ao período homólogo.

A composição da dívida vencida abrange valores pontuais e materialmente sem relevância, pois os clientes estão a pagar com um prazo médio de 51 dias mantendo a cadência face ao homólogo.



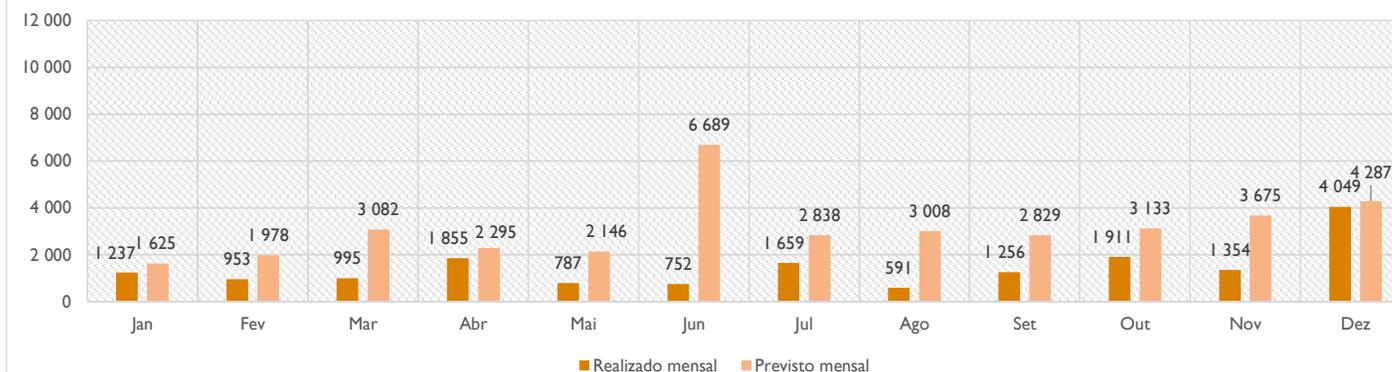
4. INVESTIMENTOS

4.º Trimestre 2020

Investimento	mEur	Valor Trimestre				2020	Per.homól.	Acumulado Orçam.
		1º T	2º T	3º T	4º T			
Investimento	mEur	3 185	3 394	3 507	7 315	17 401	16 229	37 585
Saneamento ⁽¹⁾	mEur	3 174	3 327	3 482	7 295	17 279	16 143	37 525
Estrutura	mEur	11	67	24	20	122	86	59

¹ Investimento sem dedução de abates.

Investimento mensal: realizado vs previsto
mEur



INVESTIMENTO

17,4 M€

A realização de investimento regista uma contração face ao orçamentado, com um desvio de 54%.

O desvio tem subjacente algumas questões associadas à tramitação da contratação e em alguns casos à realização de concursos que ficaram desertos.

A acrescentar, temos a situação de pandemia que afetou as empreitadas em curso, devido aos constrangimentos colocados ao pessoal, nomeadamente, em termos de deslocações, de alojamento, de alimentação e, mesmo de movimentação nos locais das obras, bem como, os constrangimentos à produção e transporte de materiais e equipamentos, que têm causado uma redução no rendimento da execução dos trabalhos, a qual se tem traduzido no atraso das obras.

Investimento específico para acompanhamento ⁽¹⁾	Início Real/Previsto ⁽²⁾	Conclusão Prevista ⁽²⁾	mEur	Execução Acumulada ⁽³⁾				Execução Prevista ⁽³⁾ 2020	Execução do Ano (%)	Valor Total Previsto ⁽³⁾	
				Anterior	1º T	2º T	3º T				4º T
1 Beneficiação da ETAR de Beirolos - Fase I	out/18	dez/20	mEur	3 172	639	1 154	2 016	2 843	2 321	122%	5 493
2 Empreitada de Beneficiação e Ampliação do Subsistema do Barril	nov/18	jun/21	mEur	8	0	2	106	277	712	39%	1 100
3 Empreitada de Conceção-Beneficiação da FA de Chelas - Fase I	dez/19	fev/22	mEur	3	3	17	17	20	1 440	1%	4 800
4 Empreitada de Conceção-Beneficiação Aprov. Biogás das FA de Beirolos	dez/19	out/20	mEur	1	43	43	43	584	1 349	43%	1 350
5 Construção da Remodelação do Sist Arejamento e do Espessamento	jan/20	nov/20	mEur	0	55	509	839	1 843	2 300	80%	2 300

¹ Fichas individuais de acompanhamento da componente empreitadas, anexas ao presente relatório.

² Datas conforme PAO2020.

³ Inclui Empreitada, Estudos e Projetos, Fiscalização, Assessoria e Outros.

5. EFICIÊNCIA OPERACIONAL

4.º Trimestre 2020

Plano de redução de custos (PRC)		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2020	Per.homól.	Orçam.
EBITDA	mEur	7 806	7 152	7 872	8 379	31 209	33 127 ▼	38 358 ▼
EBITDA Ajustado⁽¹⁾	mEur	10 774	9 199	8 823	9 372	38 167	41 458 ▼	39 747 ▼
(1) Custo das Vendas/ Variação dos Inventários	mEur	636	688	1 145	827	3 296	3 132 ▲	3 145 ▲
(2) Fornecimentos e Serviços Externos	mEur	6 557	7 804	8 069	7 706	30 136	27 502 ▲	28 908 ▲
(2.I) Impactos da pandemia por COVID19 - FSE	mEur	- 20	- 181	- 152	- 378	- 731	0 ▼	0 ▼
(3) Gastos com o FSE para efeitos de eficiência	mEur	6 537	7 623	7 917	7 328	29 405	27 502 ▲	28 908 ▲
(4) Gastos com o pessoal	mEur	2 773	3 029	2 813	2 657	11 273	10 842 ▲	11 440 ▼
(4.I) ACT - Efeito val. rem. via avaliação desempenho ⁽³⁾	mEur	0	- 78	0	- 8	- 86	- 54 ▼	- 56 ▼
(4.II) Impactos da pandemia por COVID19 - G.Pessoal	mEur	- 5	- 328	- 112	- 36	- 481	0 ▼	0 ▼
(5) Gastos com o pessoal para efeitos de eficiência	mEur	2 768	2 623	2 701	2 613	10 706	10 788 ▼	11 384 ▼
(6) Impactos da pandemia por COVID19 (2.I)+(4.II)	mEur	- 25	- 509	- 264	- 414	-1 212	0 ▼	0 ▼
(7) Gastos Operacionais para efeitos de eficiência	mEur	9 941	10 934	11 763	10 769	43 407	41 423 ▲	43 438 ▼
(8) Volume de Negócios (VN)⁽²⁾	mEur	20 870	20 868	20 864	20 858	83 460	83 215 ▲	83 855 ▼
(8.I) Perda de receita decorrente da pandemia COVID-19	mEur	0	0	0	0	0	0 =	0 =
(9) Volume de negócios para efeitos de eficiência	mEur	20 870	20 868	20 864	20 858	83 460	83 215 ▲	83 855 ▼
(10) Peso dos Gastos (GO)/(VN) = (7)/(9)	%	47,63%	52,39%	56,38%	51,63%	52,01%	49,78% ▲	51,80% ▲
(I) Gastos com deslocações e alojamento	mEur	21	15	13	13	62	124 ▼	153 ▼
(II) Gastos com ajudas de custo (G. c/Pessoal)	mEur	1	0	0	0	1	9 ▼	12 ▼
(III) Gastos com a frota automóvel	mEur	184	168	176	201	729	757 ▼	814 ▼
(I I) Total (I) + (II) + (III)	mEur	207	183	189	214	792	890 ▼	979 ▼
(12) Estudos, pareceres e projetos de consultoria	mEur	21	10	31	44	106	105 ▲	105 ▲
Número total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	Unid.	377	373	378	380	380	378 ▲	400 ▼
N.º Órgãos Sociais (CA+CF)	Unid.	9	10	10	10	10	9 ▲	10 =
N.º Cargos de Direção (CD)	Unid.	6	6	6	7	7	6 ▲	6 ▲
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	Unid.	362	357	362	363	363	363 =	384 ▼
N.º Trabalhadores/ N.º CD	Unid.	60	60	60	52	52	61 ▼	64 ▼
Número de viaturas	Unid.	144	143	143	143	143	144 ▼	147 ▼

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

² Volume de negócios sem DRG e IFRIC12.

³ Inclui encargos sociais.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Considerando os princípios financeiros de referência estabelecidos para 2020 em matéria de eficiência operacional e o disposto nas instruções sobre o processo de prestação de contas de 2020, apresenta-se o PRC ajustado deduzindo dos gastos operacionais; i) as valorizações remuneratórias geradas no processo de avaliação de desempenho anual, efetuada nos termos do acordo coletivo de trabalho, ii) os gastos não usuais incorridos com a pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2, para as naturezas que relevam para o apuramento do PRC.

Nos termos do artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, o valor do GO/VN é de 52,11% em 2020 e de 49,84% em 2019, uma vez que de acordo com aquele diploma, este indicador não é ajustado pelas rubricas de gastos com indemnizações e gastos decorrentes do ACT.

A análise do cumprimento dos resultados da execução do ano de 2020, poderá ser observada no capítulo do Cumprimento das Orientações Legais constante do relatório e contas de 2020.

Principais dificuldades decorrentes do contexto atual e a perspetiva do CA sobre a forma de as gerir e ultrapassar:

A situação que vivemos desde março/20 obrigou a tomar decisões complexas que alteraram rotinas e modelos de atuação, com a exigência profunda de segurança e responsabilidade.

Deparando-nos com um constrangimento operacional já estrutural, no que respeita ao reduzido número de trabalhadores nas áreas de operação e manutenção, tivemos de encontrar formas de gestão que permitissem cumprir a nossa missão e o contrato de concessão, destacando, entre outras:

- . Colocámos a operação a funcionar com rotatividade, desfasamento de turnos e com equipas de prevenção de prontidão, de modo a assegurar a produção diária com a qualidade exigida, mas também, assegurar que em face a algum constrangimento se poderá garantir a permanência das equipas e a continuidade do serviço – esta opção implicou a realização de horas de trabalho suplementar e de contratação de trabalho temporário para garantir as equipas em espelho;
- . Adequámos as equipas de manutenção e de engenharia, mantendo-as em rotação ativa e, sempre que as funções com isso fossem compatíveis, colocámos as pessoas em trabalho remoto;
- . Mantivemos cerca de 40% dos trabalhadores no ativo na “linha da frente” e 20% em reserva de prontidão;
- . Assegurámos com os fornecedores, e através de aquisições complementares, as necessidades de stocks de reagentes e equipamentos necessários para os próximos meses e capacidade para os adquirir em continuidade;
- . Reforçámos a aquisição, dotação e utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) – o que exigiu intensificar a comunicação interna e o acompanhamento e formação pela equipa de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) - estão asseguradas as necessidades de EPIs e materiais essenciais ao trabalho em segurança para os próximos meses;
- . Realizámos um esforço de adequação dos equipamentos informáticos, de forma a munir todos os colaboradores dos meios necessários para trabalharem remotamente – Atualmente temos 40% da força de trabalho a funcionar deslocalizadamente;
- . Aumentámos os instrumentos necessários para trabalhar remotamente, assim como a capacidade de disponibilização de Internet/ wi-fi e meios de acesso aos servidores centrais (VPN), realizando um esforço de contratação e aquisição a este nível para suprir as necessidades de uma crescente utilização e produção digital na empresa e seus trabalhadores deslocalizados;
- . Implementámos novas (e ampliadas) rotinas de limpeza e de desinfeção e contratámos equipas especializadas, nomeadamente para a realização de desinfeções extraordinárias sempre que exista necessidade ou suspeita de agentes contaminantes;
- . Criámos vias de apoio físico e psicológico nas plataformas internas da empresa e do Grupo AdP para que os trabalhadores possam manter o equilíbrio pessoal e familiar;
- . Foram tomadas decisões relativas à gestão de recursos humanos, antecipação do pagamento do subsídio de férias aos trabalhadores (normalmente processado em maio e que este ano foi processado em abril), de forma a permitir aos trabalhadores reduzir os impactos desta pandemia, fazendo face a alguns custos inesperados durante este período.

Em cumprimento da orientação do Grupo AdP, foram concedidas 2 horas de trabalho suplementar adicionais para garantir o tempo necessário para cumprirmos as regras de proteção individual, incluindo o equipamento de proteção individual e as desinfecções, antes e depois de iniciarmos as suas funções, abrangendo todos os trabalhadores das carreiras profissionais de Técnico e de Técnico Operativo, das áreas operacionais de manutenção, de operação/exploração e de laboratório, os trabalhadores com funções de Supervisão de Equipas e aqueles que, por necessidade da empresa, tiveram de desempenhar as suas funções nas Fábricas de Água ou em serviço externo, que auferissem uma remuneração base mensal entre os 654€ e os 1 524€, num máximo de 350€ por mês. O período considerado para esta remuneração suplementar retroagiu a 19 de março de 2020.

Os gastos diretos incorridos com as medidas implementadas para fazer face à situação de pandemia ascendem a 1,2 milhões de euros, dos quais: i) 39% são gastos associados às medidas relativas a recursos humanos, sendo mais representativos os gastos com equipamento de proteção e segurança, e os gastos com trabalho suplementar e, ii) 60% são gastos com limpeza e desinfecção das instalações e trabalho temporário, entre outros.

Conhecendo as orientações de regresso à normalidade das atividades das empresas, do País e do Grupo AdP, a Tejo Atlântico manteve até 15 de setembro o funcionamento organizacional, dando preferência ao trabalho remoto e à organização de equipas (horários e turnos), de forma a manter a segurança e saúde no contexto social e assegurar o padrão do serviço.

A 15 de setembro, o Governo deliberou que todas as regiões de Portugal ficassem em estado de contingência devido à pandemia de Covid-19, seguindo a medida em vigor em Lisboa e Vale do Tejo e estabelecendo regras e medidas adicionais como medida preventiva à propagação do vírus face ao regresso às aulas e ao trabalho presencial de muitas empresas.

Nesse contexto, a 16 de setembro iniciou-se de forma gradual o regresso dos trabalhadores da Tejo Atlântico que se encontravam em trabalho remoto, garantindo-se a representação de cada uma das estruturas da empresa (Direções, Departamentos e Áreas), permitindo-se a realização de horários desfasados/ flexíveis aos trabalhadores que tenham de recorrer ao uso de transportes públicos, (em alinhamento com as recomendações da Direção Geral da Saúde - DGS, da Autoridade para as condições de Trabalho - ACT e do Grupo AdP), cabendo a cada chefia a gestão das suas equipas.

Contudo, em meados de outubro, devido ao agravar das circunstâncias da pandemia na área Metropolitana de Lisboa, a Comissão Executiva da Águas do Tejo Atlântico deliberou o regresso ao trabalho remoto para todas as funções compatíveis com essa modalidade, tendo ficado suspensa a retoma da atividade presencial de modo a garantir a proteção e segurança dos trabalhadores até que a crise pandémica estabilize na região geográfica de atuação, facto que não se verificou até final do ano em relato.

Em 2020, a Águas do Tejo Atlântico manteve o serviço dentro dos constrangimentos de pandemia, sem interrupções e com uma equipa unida e motivada, cumprindo as regras sociais e de trabalho impostas, para salvaguarda de todos os que nos rodeiam.

Sendo a nossa atividade de importância vital para a saúde e bem-estar das populações, assim como para o bom ambiente da região que servimos, em 2021 continuamos a cumprir o nosso dever com responsabilidade.

Fichas individuais de acompanhamento do investimento

Ficha 1 - Beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I

Ficha 2 - Empreitada de Beneficiação e Ampliação do Subsistema do Barril

Ficha 3 - Empreitada de Conceção - Beneficiação da FA de Chelas – Fase I

Ficha 4 - Empreitada de Conceção - Beneficiação Aprov. Biogás das FA de Beirolas, Frielas e S. João da Talha

Ficha 5 - Construção da Remodelação do Sististme de Arejamento e de Espessamento de Lamas da Fábrica de Água de S. João da Talha

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2019

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Empreitada de Conceção/Construção para a Beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

dez/20

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

nov/18

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

5 917 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

11%

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

5 718 (milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

97%

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

2 (meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

6 (meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

8 (meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

A 26 de outubro de 2020 foi efetuada a receção parcial da obra no que respeita ao tratamento da obra de entrada, desarenadores e instalações elétricas.

Em 10 de dezembro de 2020 foi efetuada nova vistoria tendo-se verificado um conjunto de deficiências, que carecem de retificações, no entanto encontram-se em funcionamento e em condições de receção provisória as restantes etapas de tratamento.

A estimativa atual do valor total da obra compreende atualmente os trabalhos contratuais, trabalhos a mais, trabalhos a menos e revisão de preços provisória.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do caráter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

-

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

- (milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2019

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Empreitada de Beneficiação e Ampliação do Subsistema do Barril

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

dez/20

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

jul/20

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

965

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

-12%

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

242

(milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

25%

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

6

(meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

2

(meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

8

(meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

Em termos de desenvolvimento dos trabalhos destacam-se:

- a execução das estruturas das estação elevatórias EE1, EE2, EE3, EE4 e muretes exteriores.

- a instalação de aproximadamente 1 km de colector gravítico, 35 caixas de visita e 0,65 km de condutas elevatórias.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do carácter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

-

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

-

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2019

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Empreitada de Conceção-Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas – Fase 1

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

dez/20

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

mar/21

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

4 791

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

0%

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

(milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

9

(meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

0

(meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

9

(meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

Verificou-se a conclusão do processo judicial.

Foi assinado o contrato de empreitada no dia 17 de dezembro de 2020.

Prevê-se a consignação da empreitada para o mês de janeiro de 2021.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do carácter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2019

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Empreitada de Conceção-Construção da Beneficiação do Aproveitamento de Biogás das Fábricas de Água de Beirolas, Frielas e São João da Talha

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

dez/20

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

mar/20

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

1 199 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

-11%

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

582 (milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

49%

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

3 (meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

6 (meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

9 (meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

Durante o período em referência foram entregues em obra os equipamentos previstos na empreitada.

Os trabalhos de construção civil estão em curso.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do caráter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

-

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

- (milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2019

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Empreitada de Conceção/Construção da Remodelação do Sistema de Arejamento e do Espessamento de Lamas da Fábrica de Água de São João da Talha

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

dez/20

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

fev/20

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

2 290

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

0%

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

1 732

(milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

76%

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

1

(meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

4

(meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

5

(meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

Em termos de desenvolvimento dos trabalhos destacam-se:

- a conclusão do sistema de arejamento;
- fase de pré-arranque da linha 2 do tratamento biológico, seguindo-se os trabalhos na linha 1.
- conclusão dos trabalhos no sistema de espessamento (equipamentos electromecânicos e instalações elétricas).

O desvio face ao planeamento deve-se à atual situação de pandemia que dificultou a afetação de meios e recursos em obra, reduzindo rendimentos, e causou graves implicações nos prazos de entrega dos equipamentos a instalar.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do carácter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

-

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

-

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.



**RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL RELATIVO À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
DO QUARTO TRIMESTRE DE 2020 DA
ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO, S.A.**

INTRODUÇÃO

1. O Conselho Fiscal (CF) da Águas do Tejo Atlântico, S.A. (AdTA ou Entidade), apresenta o seu relatório de conclusões, referente à análise do Relatório de Execução Orçamental do quarto trimestre de 2020 (doravante designado por REO 4T 20), aprovado pelo Conselho de Administração.
2. A cronologia da aprovação do Plano de Atividades e Orçamento de 2020 ("PAO 2020") e seus respectivos pareceres, foi a seguinte:

Aprovações/Pareceres sobre o PAO 2020 (2ª Versão)	Data
Aprovação do Conselho de Administração	26/03/2020
Parecer do Revisor Oficial de Contas	18/05/2020
Parecer do Conselho Fiscal	19/05/2020
Aprovação pela UTAM (Ministério das Finanças)	(a)
Aprovação pelo Secretário de Estado do Tesouro	(a)
Aprovação em Assembleia Geral	23/06/2020

(a) Informação ainda não disponível à data deste parecer.

3. Descrição dos factos que condicionam as nossas conclusões:

A versão do PAO de 2020 utilizada pelo Conselho de Administração, para a elaboração deste REO 4T 20, tem as seguintes limitações:

- Trata-se de uma segunda versão aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2020, tendo o ROC e o CF emitido pareceres em 18 de maio de 2020 e 19 de maio de 2020, respetivamente, e foi aprovado em Assembleia Geral da Entidade em 23 de junho de 2020, mas ainda não se encontra aprovado, quer pela UTAM, quer pelo Secretário de Estado do Tesouro (SET); e,
- Incorpora a previsão do investimento a realizar no prazo da concessão, isto é, cerca de 197,7 milhões de euros, o qual foi determinado com base em preços constantes de 2016 (tendo em conta o Estudo de Viabilidade Económica e Financeira apresentado). *Em consequência, o investimento previsto poderá estar desfasado com a realidade atual.*

RESPONSABILIDADES

4. Nos termos do disposto no artigo 25.º, n.ºs 2 e 3 e ao abrigo do artigo 44.º, n.º 1, alínea i) do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o qual estabelece o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (“RJSPE”), é da responsabilidade dos titulares dos órgãos de Administração das empresas públicas, a preparação dos REO trimestrais por forma a especificar e divulgar o nível de execução orçamental, incluindo o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento, bem como as operações financeiras contratadas.
5. A nossa responsabilidade, no âmbito dos mesmos diplomas, é proceder à análise da informação financeira incluída no REO 4T 20 e emitir um relatório de conclusões. Para o efeito, o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da AdTA ao longo do quarto trimestre de 2020, através (i) da leitura das atas das reuniões da Comissão Executiva, do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, (ii) análise da informação facultada pelo controlo de gestão, (iii) do contacto e informação trocada com a Administração e seus Serviços e (iv) na data deste nosso relatório, analisamos o conteúdo dos seguintes relatórios emitidos pelo revisor Oficial de Contas da AdTA: (i) “Certificação Legal das Contas do ano de 2020” e “Relatório Adicional ao Conselho Fiscal do ano de 2020”, ambos emitidos em 10 de março de 2021 e o “Memorando de Acompanhamento relativo ao quarto trimestre de 2020”, emitido em 01 de julho de 2021.

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

6. O REO 4T 20, apresenta os seguintes desvios entre os valores reais (a execução) e os orçamentados (previstos) para o mesmo período, na Demonstração da Posição Financeira (“Balanco”) e na Demonstração de Resultados:

6.1 DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Em mEuros	4º trimestre de 2020 (Acumulado)				Desvio absoluto
	Real	%	PAO 2020	%	
Demonstração da Posição financeira					
Ativo não corrente	498 594	82%	528 729	86%	(30 135)
Ativo corrente	111 866	18%	83 401	14%	28 465
Total do ativo	610 460	100%	612 130	100%	(1 670)
Capitais próprios	115 575	19%	117 232	19%	(1 657)
Passivo não corrente	463 605	76%	467 028	76%	(3 423)
Passivo corrente	31 280	5%	27 870	5%	3 410
Total do passivo	494 885	81%	494 898	81%	(13)
Total dos capitais próprios e passivo	610 460	100%	612 130	100%	(1 670)
Rácio de liquidez corrente	4		3		1
Rácio de autonomia financeira	18,9%		19,2%		-0,3
Prazo médio de recebimentos	51		60		-9
Prazo médio de pagamentos	40		38		2

De acordo com o n.º 2 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, a Entidade deverá apresentar as dívidas a fornecedores no site da internet, caso o PMP seja superior a 60 dias. Dado que a Entidade apresenta um PMP de 40 dias, este preceito legal não se aplica.

Acresce que, no âmbito do Programa “Pagar a Tempo e Horas” e tendo em consideração as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009 e pelo RCM 34/2008 de 22 de fevereiro, a Entidade deveria apresentar um PMP igual ou inferior a 40 dias, facto que se verificou, encontrando-se assim em cumprimento.

6.1.1 Comentários sobre as principais variações no “Ativo não corrente” executado, que conduziram a uma redução, face ao esperado, de 30.1 milhões de euros

- a) **Redução** dos “Ativos Intangíveis”, face ao previsto, no montante de 19 milhões de euros. Este facto, resulta, nomeadamente, da variável “investimento”, pois os montantes executados (investimento bruto) somente atingem 46 % do investimento previsto (em milhões de euros):

Investimento	4º trimestre de 2020 (Acumulado)		Peso % do investimento real no PAO de 2020
	Real	PAO 2020	
Saneamento	17 279	37 525	46%
Estrutura	122	60	203%
Totais	17 401	37 585	46%

Para além do facto da pandemia, as razões para este desvio, estão associadas a acontecimentos ligados com a tramitação da contratação e pela existência, em alguns concursos, da total ausência de oferta de serviços.

M
6

- b) Redução da rubrica "Desvio de recuperação de gastos", face ao previsto, no montante de 8.8 milhões de euros: A Entidade continua a recuperar o défice tarifário acumulado de anos anteriores, em resultado do superavit executado no período de 2020 de 10.8 milhões de euros (mais 4.7 milhões face ao previsto). Este facto, resulta, nomeadamente, da acentuada redução dos gastos com amortizações, comparativamente ao orçamento e da redução da taxa de juro das OT face ao previsto.
- c) Redução da rubrica "Impostos diferidos ativos", face ao previsto, no montante de 2.8 milhões de euros: Resulta, nomeadamente, das diferenças fiscais temporárias associadas à redução das amortizações de investimento futuro (registado no passivo não corrente), em função da contração do investimento face ao previsto, conforme referido na alínea 6.1.1 a) acima.

6.1.2 *Comentários sobre as principais variações no "Ativo corrente" executado, que conduziram a um aumento, face ao esperado, de 28 milhões de euros*

- a) Redução da rubrica "Clientes", face ao previsto, no montante de 5.2 milhões de euros: Em parte, esta variação é explicada pela redução do prazo médio de recebimentos da execução (51 dias) face ao previsto (60 dias).
- b) Aumento significativo da rubrica "Disponibilidades", face ao previsto, no montante de 78 milhões de euros: Em parte, esta variação é explicada pelos seguintes factos:
- Estava previsto existir neste trimestre, empréstimos concedidos junto da AdP SGPS, sob a forma de "Apoios à Tesouraria" no montante de 46 milhões de euros, facto que não se concretizou na execução, pois os apoios concedidos encontram-se totalmente reembolsados, permitindo um aumento do "stock" de moeda incluído na rubrica "Disponibilidades", acima do esperado; e,
 - A contração do investimento executado, face orçamento e o aumento do superavit tarifário tem permitido um acumular de stock de moeda, acima do esperado.

M
6

- c) Redução significativa da rubrica "Outros ativos correntes", face ao previsto, no montante de, aproximadamente, 44.4 milhões de euros: Esta variação tem o seguinte detalhc:

Descrição em MEur.	4º trimestre de 2020 (Acumulado)		
	Real	PAO 2020	Desvio absoluto
Inventários	1 852	220	1 632
Estado e outros entes públicos	929	1 078	(149)
Apoios à Tesouraria da AdP SGPS		46 000	(46 000)
Outros ativos correntes	1 108	1 006	102
Total	3 889	48 304	(44 415)

- A rubrica "Apoios à Tesouraria da AdP SGPS, face ao previsto, obteve uma redução de 46 milhões de euros, tal como referido na nota 6.1.2 a) acima.
- A rubrica "Inventários" (peças de manutenção), face ao previsto, encontra-se aumentada em 1.6 milhões de euros.

6.1.3 *Comentários sobre as principais variações nos "Capitais próprios" executados, que conduziram a uma redução, face ao esperado, de 1.6 milhões de euros*

A redução dos capitais próprios, face ao previsto, resulta, nomeadamente, do desvio apresentado no "Resultado líquido" do quarto trimestre de 2020 (desvio negativo em 1.5 milhões de euros), explicado pela redução da taxa de juro das OT a 10 anos mais spread (3.41%), face à taxa de juro mais spread orçamentado (4.63%).

6.1.4 *Comentários sobre as principais variações no "Passivo"*

- a) Constata-se que a rubrica "Provisões" apresentada no passivo não corrente, apresenta um desvio desfavorável de 860 mil euros, em resultado dos seguintes processos em contencioso que não estavam contemplados para efeitos orçamentais:
- Cerca de 735 mil euros respeitam ao montante de juros previsto pagar no âmbito da ação intentada pela Massa Insolvente do fornecedor ASIBEL – Construções, S.A., no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria; e
 - Cerca de 125 mil euros respeitam a provisão para potencial celebração de Acordo para pagamento de indemnização aos proprietários da Quinta da Asneira.

M
E

- b) A rubrica “Financiamentos obtidos” de exigibilidade corrente e não corrente, está praticamente em linha com os montantes previstos (ambos apresentam cerca de 212 milhões de euros).

Refira-se que o indicador de nº de anos para amortizar a dívida líquida, em função do EBITDA ajustado, libertado pela Entidade, reduziu neste trimestre, face ao previsto, em aproximadamente mais de meio ano:

Nº de anos para pagar a dívida líquida em função do EBITDA ajustado			
Descrição	4º trimestre de 2020		Desvio absoluto
	Real	PAO 2020	
1 - Dívida líquida = (BEI- Emprést ADP - Dispon.)	116 000	147 961	(31 961)
2 - EBITDA ajustado (a)	38 167	39 747	(1 580)
Indicador (1/2) = nº de anos	3,04	3,72	-0,68

(a) = $RO + DKG + PROF + AMORT - SUBS$

Acresce que, a dívida bruta, apesar de ter aumentado face ao previsto em 146 mil euros, podemos considerar que está em linha com o orçamentado:

- c) Redução da rubrica “Amortizações de investimento futuro”, face ao previsto, no montante de 2.8 milhões euros: Nesta rubrica são reconhecidas as amortizações acumuladas do investimento contratual, as quais são transferidas para a rubrica “Ativos intangíveis – amortizações acumuladas”, sempre que ocorre investimento executado. Assim, considerando o comportamento da variável “investimento” quanto à sua execução e previsão, conforme referido na nota 6.1.1 a) acima, a variação nesta rubrica, é explicada, nomeadamente, pela contração do investimento executado face ao previsto.
- d) Redução da rubrica “Outros passivos não correntes”, face ao previsto, no montante de 3.7 milhões de euros, a qual resulta maioritariamente, da redução da rubrica “Passivos por impostos diferidos”, em consequência, nomeadamente, da redução executada no ativo não corrente associado ao desvio de recuperação de gastos, o qual demonstra uma evolução favorável à AdTA (nota 6.1.1.b):

Descrição em MEur.	4º trimestre de 2020 (Acumulado)		
	Real	PAO 2020	Desvio absoluto
Fornecedores e outros passivos	616	551	65
Passivos por impostos diferidos	16 768	20 623	(3 855)
Total	17 384	21 174	(3 790)

M
G

e) Aumento da rubrica “Outros passivos correntes”, face ao previsto, no montante de 4.2 milhões de euros, conforme se detalha:

Descrição em MEur.	4º trimestre de 2020 (Acumulado)		
	Real	PAO 2020	Desvio absoluto
Fornecedores	9 391	7 003	2 388
Estado e outros entes públicos	3 763	3 682	81
Outros passivos correntes	6 025	4 293	1 732
Total	19 179	14 978	4 201

O aumento na rubrica “Fornecedores”, resulta, nomeadamente, do aumento do prazo médio de pagamentos executado (40 dias), face ao previsto (38 dias).

6.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

<u>Em mEuros</u>	4º trimestre de 2020 (Acumulado)		Desvio absoluto
	Real	PAO 2020	
Demonstração dos resultados			
Prestação de serviços (saneamento)	83 460	83 855	(395)
Rédito dos serviços de construção (IFRIC 12)	17 088	36 357	(19 269)
Déficé / (Superavit) tarifário	(10 847)	(6 121)	(4 726)
Gastos dos serviços de construção (IFRIC 12)	(17 088)	(36 357)	19 269
Custo das vendas / variação de inventário	(3 296)	(3 145)	(151)
Margem Bruta	69 317	74 589	(5 272)
Fornecimento e serviços externos	(30 136)	(28 908)	(1 228)
Gastos com pessoal	(11 273)	(11 440)	167
Amortizações	(19 887)	(23 500)	3 613
Provisões e perdas imparidade (inclui reversões)	(860)		(860)
Outros gastos e perdas operacionais	(685)	(696)	11
Subsídios ao investimento	4 749	4 733	16
Outros rendimentos e ganhos operacionais	97	81	16
Resultados operacionais	11 322	14 859	(3 537)
Resultados financeiros	(6 040)	(6 889)	849
Impostos	(1 547)	(2 659)	1 112
Resultado líquido do período	3 735	5 311	(1 576)

Da análise efetuada pelo Conselho fiscal às principais variações identificadas na demonstração dos resultados, salientamos os seguintes factos:

a) As prestações de serviços encontram em linha com o orçamento (variação de 395 mil euros):

	Real facturado			PAO 2020			Diferenças		
	Mm3	mEur/Mm3	mEur	Mm3	mEur/Mm3	mEur	Mm3	mEur/Mm3	mEur
Atividade comercial									
Saneamento	181,8	459	83 460	182	461	83 855	-0,2	(2)	(395)
Total	181,8		83 460	182		83 855	-0,2		(395)

- b) Os montantes decorrentes da aplicação da IFRIC 12 registam variações opostas, face ao previsto, de 19 milhões de euros, em virtude do referido na alínea 6.1.1 a) acima.
- c) O superavit tarifário do trimestre, face ao previsto, é favorável à Entidade em aproximadamente 4.7 milhões de euros, o qual se deve, maioritariamente, à redução favorável nas amortizações e nos impostos (desvios favoráveis de 3.6 milhões de euros e 1.1 milhões de euros, respetivamente), além do impacto da taxa juro das OT (mais respetivo spread) face à taxa de juro prevista conforme referidos nas notas 6.11 b) e 6.1.3, respetivamente.
- d) Realce que o EBITDA (Ajustado) obteve um desvio desfavorável à Entidade, face ao previsto, de 1.5 milhões de euros, para o qual contribui o comportamento desfavorável dos gastos executados relativos à rubrica “Fornecimentos e serviços externos”, os quais face ao orçamentado, apresentam um desvio desfavorável de 1.2 milhões de euros. Contudo, realce-se que, este desvio terá que ser analisado, considerando os seguintes factos:
- As rubricas “Fornecimentos e serviços externos” e “Gastos com pessoal”, incluem na execução, 731 mil euros e 481 mil euros, respetivamente, associados a gastos não usuais decorrentes da situação pandémica, factos que, não foram incluídos no orçamento;
 - A AdTA para aproximar as suas políticas contabilísticas, às praticadas pelo seu principal acionista, no decorrer do ano de 2020, deduziu às rubricas “Fornecimentos e serviços externos” e “Gastos com pessoal”, os montantes auferidos a título de “Subsídios à exploração”, nos montantes de 323 mil euros e 192 mil euros, respetivamente, sendo que esta alteração não estava contemplada em orçamento; e,
 - No ano de 2020, foram capitalizados (transferidos para a rubrica “Ativo intangível”), serviços internos relativos a gastos com pessoal, no montante de 1 milhão de euros, sendo que o montante previsto em orçamento, para esta capitalização, foi de 1.2 milhões de euros.

6.3 EFICIÊNCIA OPERACIONAL

M


O Plano de Redução de Custos (PRC) executado no final de 2020 (53.6%) encontra-se acima do PRC executado em 31 de dezembro de 2019 (49.8%), *razão pela qual, existe incumprimento legal quanto a esta matéria:*

Eficiência operacional	4º trimestre de 2020 (Acumulado)		Desvio absoluto	PRC % real 31.12.2019
	Real	PAO 2020		
PRC %: (i) / (ii)	53,6%	51,9%	1,7 p.p	49,8%
i) Gastos operacionais:				
Custo das vendas / variação de inventário (mEur)	3 296	3 145	151	
Fornecimento e serviços externos (mEur)	30 136	28 903	1 228	
Gastos com pessoal (mEur)	11 273	11 440	(167)	
	44 705	43 493	1 212	
ii) Volume de negócios (*)	83 460	83 855	(395)	
OUTROS INDICADORES:				
Gastos com deslocação e alojamento (mEur)	62	153	-91	
Gastos com ajuda de custo do pessoal (mEur)	1	12	-11	
Gastos com a frota automóvel (mEur)	729	814	-85	
Gastos com estudos e pareceres e projetos /consult.(mEur)	106	105	1	
Nº de pessoal	350	400	-20	
Nº de viaturas	143	147	-4	

(*) excluindo DRG e IFRIC 12

Expurgando os efeitos da execução, relacionados com os gastos suportados com a pandemia de Covid 19 em 2020, o Plano de Redução de Custos (PRC) executado no final de 2020 (52.1%) encontra-se, igualmente, acima do PRC executado em 31 de dezembro de 2019 (49.8%), *razão pela qual, continua a existir incumprimento legal quanto a esta matéria:*

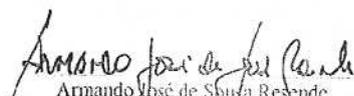
Eficiência operacional	4º trimestre de 2020 (Acumulado)		Desvio absoluto	PRC % real 31.12.2019
	Real	PAO 2020		
PRC %: (i) + (ii) / (iii)	52,1%	51,9%	0,2 p.p	49,8%
i) Gastos operacionais:				
Custo das vendas / variação de inventário (mEur)	3 296	3 145	151	
Fornecimento e serviços externos (mEur)	30 136	28 903	1 228	
Gastos com pessoal (mEur)	11 273	11 440	(167)	
	44 705	43 493	1 212	
ii) Gastos suportados relacionados com o Covid 19	1 212		1 212	
iii) Volume de negócios (*)	83 460	83 855	(395)	
OUTROS INDICADORES:				
Gastos com deslocação e alojamento (mEur)	62	153	-91	
Gastos com ajuda de custo do pessoal (mEur)	1	12	-11	
Gastos com a frota automóvel (mEur)	729	814	-85	
Gastos com estudos e pareceres e projetos /consult.(mEur)	106	105	1	
Nº de pessoal	350	400	-20	
Nº de viaturas	143	147	-4	

(*) excluindo DRG e IFRIC 12

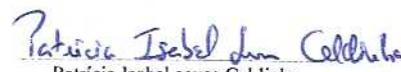
CONCLUSÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO QUARTO TRIMESTRE DE 2020

7. Após a nossa revisão às análises apresentadas pelo Conselho de Administração, aos desvios identificados entre os montantes executados e previstos do quarto trimestre de 2020, *com exceção dos factos referidos nas notas 3 e 6.3 acima*, nada de significativo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que, a informação financeira da AdTA, não esteja em conformidade, em todos os aspetos materialmente relevantes, com a execução orçamental que lhe serve de suporte naquela data.

Lisboa, 02 de julho de 2021


Armando José de Sousa Resende
(Presidente)


Catarina Alexandra Carvalho Fins
(Vogal)


Patrícia Isabel Sousa Caldinha
(Vogal)



Ao Conselho Fiscal e Conselho de Administração da
Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Memorando de Acompanhamento relativo ao quarto trimestre de 2020

Exmos. Senhores,

Introdução

1 Para efeitos do disposto no Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, o qual estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, procedemos à análise da informação financeira, incluída em Anexo, preparada pelo Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico, S.A. (adiante designada por Entidade), relativa ao quarto trimestre de 2020, incluída no documento em anexo denominado por “Relatório de Execução Orçamental – 4º Trimestre 2020”, que inclui, entre outros aspetos, (i) a análise orçamental, (ii) a análise financeira comparativa e (iii) a análise do plano de investimentos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho da Administração da Entidade a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.

3 A nossa responsabilidade consiste em acompanhar a atividade da Entidade ao longo do período e na elaboração de um Memorando de Acompanhamento trimestral, com vista à identificação de eventuais situações que, de um ponto de vista contabilístico ou de controlo interno, entendemos dever realçar.

Âmbito

4 Para a elaboração do presente Memorando de Acompanhamento, efetuámos os seguintes procedimentos:

- a) Acompanhamento da atividade da Entidade através de:
 - Participação em reuniões efetuadas com os responsáveis da Entidade e leitura das atas, tendo sido solicitado e obtidos os esclarecimentos que foram considerados necessários;
 - Consultados os balancetes e restante informação financeira relativos ao período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020;
 - Obtenção de informação do grau de execução e desvios orçamentais, decorrentes das atividades desenvolvidas no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020.
- b) Observação do cumprimento das determinações legais aplicáveis, no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, no que se refere aos seguintes aspetos:
 - Deveres de informação previstos no n.º2 do artigo 26º do Decreto-Lei n.º 84/2019;
 - Plano de contratação de trabalhadores previsto no artigo 157º do Decreto-Lei n.º 84/2019;

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485



- Plano de redução de gastos operacionais conforme previsto no artigo 158º do Decreto-Lei n.º 84/2019;
 - Limite de endividamento das empresas do setor empresarial do Estado no artigo 159º do Decreto-Lei n.º 84/2019;
 - Princípio da unidade de tesouraria previsto no artigo 160º da Lei n.º 2/2020;
 - Prazo médio de pagamentos de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e com o Despacho 9870/2009; e
 - Princípios do Bom Governo determinados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.
- c) Observação do cumprimento das obrigações fiscais, nomeadamente a entrega das guias de imposto e respetivos pagamentos, e a análise da situação contributiva da Entidade e das comunicações e inspeções fiscais.

5 Nas circunstâncias, o trabalho efetuado não constitui um exame às demonstrações financeiras da Entidade do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, nem tão pouco uma revisão limitada às mesmas, de acordo com os normativos de auditoria, mas apenas no acompanhamento da atividade desenvolvida pela Entidade no período em análise, por forma a dar cumprimento ao disposto na alínea i) do nº 1 do Artigo 44.º do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro.

Principais aspetos e conclusões

5.1 A demonstração da posição financeira e a demonstração dos resultados do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, assim como a evolução dos gastos e rendimentos face ao orçamento e ao período homólogo encontram-se detalhadas e justificadas no documento em anexo, preparado pelo Conselho de Administração da Entidade, denominado por “Relatório de Execução Orçamental – 4º Trimestre 2020”.

5.2 Como se prevê no nº2 do artigo 26º do Decreto-Lei n.º 84/2019, a Entidade deverá apresentar as dívidas a fornecedores no site da internet, caso o Prazo médio de pagamentos seja superior a 60 dias. A Entidade apresenta um PMP de 40 dias, portanto inferior ao limite. No âmbito do Programa “Pagar a Tempo e Horas” e tendo em consideração as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009 e pelo RCM 34/2008 de 22 de fevereiro, a Entidade deveria apresentar um PMP igual ou inferior a 41 dias, o que se verificou, encontrando-se assim em cumprimento.

5.3 Não foram identificadas inconformidades com os requisitos legais estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 84/2019, nomeadamente no que respeita ao limite do endividamento e ao plano de contratação de colaboradores. No que respeita à manutenção dos gastos com pessoal, o mesmo também se verificou, encontrando-se em cumprimento.

5.4 No que respeita ao referido no artigo 158º do Decreto-Lei n.º 84/2019, a Entidade encontra-se em incumprimento quanto à diminuição do rácio de gastos operacionais sobre o volume de negócios face a 31 de dezembro de 2019.

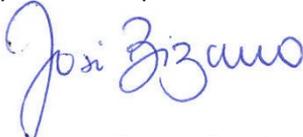
5.5 A Entidade encontra-se ainda em cumprimento no que diz respeito ao princípio da unidade de tesouraria previsto no artigo 160º da Lei n.º 2/2020. Adicionalmente, conforme divulgado no Relatório de Governo Societário do exercício de 2020, a Entidade encontra-se a cumprir no exercício de 2020 com os Princípios do Bom Governo determinados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013.

5.6 Observámos o cumprimento das obrigações fiscais, nomeadamente a entrega das guias de imposto e respetivos pagamentos. Adicionalmente garantimos que a situação contributiva da Entidade estava regularizada e que não existiram comunicações e inspeções fiscais durante o período.

Ficamos ao dispor para eventuais esclarecimentos adicionais. Entretanto, agradecemos à Entidade a amabilidade com que foram recebidos os nossos colaboradores durante a realização do nosso trabalho, apresentamos os nossos melhores cumprimentos e subscrevemo-nos.

1 de julho de 2021

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, R.O.C.